

# Quanto mais diferente, melhor\*

Tiago Duque\*\*

“Diversidade não é divisão.  
É pluralismo, é criatividade. Quanto mais diferente, melhor.  
Somos pelo show pirotécnico! Pela esculhambação organizada!”

Há trinta anos Edward MacRae reproduzia, em seu artigo “Os respeitáveis militantes e as bichas loucas”, o fragmento citado acima, a partir das transcrições do 1º Encontro de Homossexuais Organizados do Nordeste, realizado em 1981, feitas por integrantes do Grupo Gay da Bahia. No referido artigo são citadas as dificuldades, tanto a nível tático quanto estratégico, do entrosamento das lutas dos homossexuais organizados com a militância socialista. MacRae aborda criticamente a exigência de “certos setores” em higienizar a homossexualidade no intuito de valorizar comportamentos mais sérios e responsáveis que estariam ameaçados pelos comportamentos de bichas *fechativas*, isto é, escandalosas, desmunhecadas e caricatas do início da década de 1980 no Brasil.

Esse artigo foi publicado novamente, em 2011, no livro *Stonewall 40 + o que no Brasil?* organizado por Leandro Colling, e dá, segundo ele, as dimensões históricas das reflexões que atravessam essa coletânea.

O livro reúne oito artigos e a transcrição das falas e dos debates das quatro mesas do evento *Stonewall 40+ o que no Brasil?* realizado pelo Grupo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade (CUS), vinculado ao Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, da Universidade Federal da Bahia,

---

\* Resenha de COLLING, Leandro. *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador, EDUFBA, 2011. Recebida para publicação em 10 de abril de 2012, aceita em 14 de junho de 2012.

\*\* Doutorando em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. duque\_hua@yahoo.com.br

Quanto mais diferente, melhor

em setembro de 2010. Diferentes autores/as se reuniram em Salvador para debater e avaliar os estudos e as políticas identitárias no Brasil, tendo como marco a comemoração dos 41 anos da revolta ocorrida no bar Stonewall, em Nova Iorque, no dia 28 de junho de 1969.

Além das reflexões teóricas, proposições práticas e tensões comuns a um evento com esse objetivo, o clima polêmico e de certo enfrentamento político não deixa de transparecer em suas páginas, o que torna a leitura ainda mais instigante e motivadora. Mais do que uma narrativa desses dias de encontro, é apresentado nessa coletânea um complexo retrato da realidade de mobilização em torno da questão dos direitos humanos e da diversidade sexual em nosso país, por quem tem estado tanto nas universidades como no movimento social (ou em um constante trânsito entre esses dois espaços).

O conteúdo do livro pode ser apresentado de diferentes formas, de acordo com os interesses e perspectivas de cada leitor. Aqui, procuro organizá-lo em quatro tópicos: Ativismo e Ciência; Teoria e Política Identitária; Marcadores Sociais da Diferença e Desafios Políticos. O que permeia essas discussões são colocações valiosas e animados embates sobre teoria, política, mobilização e identidades. Em especial, a pluralidade e as formas de usos, ou não usos, de categorias identitárias e as suas implicações na luta política parecem ser um eixo importante nas discussões. Assim, se no contexto de início de 1980, como mostra MacRae, já estava posto que reforçar novas categorias ou identidades não é simplesmente normatização, mas também pode ser uma tática inteligente de resistência para fazer valer as reivindicações de um discurso geralmente desqualificado, hoje essa realidade se complexificou ainda mais. O empenho político, metodológico e teórico tem sido pensar a quais dessas categorias devemos nos dedicar, considerando que elas são direta e indiretamente ligadas a pautas reivindicatórias que estão longe de serem consensuais.

## **Ativismo e Ciência**

Berenice Bento, em seu artigo “Política da Diferença: Feminismos e transexualidades”, retoma a ideia de que fazer ciência é fazer política, e que a primeira só ganha inteligibilidade mediante a última. “É questionável qualquer perspectiva filosófica ou epistemológica que estabeleça distinções e limites entre a ciência e o contexto social, cultural e político”, afinal, “não existe verdade sem convencimento. Essa é a lógica interna de todo discurso que ganha vida e disputa uma posição de verdade no mundo” (p. 84).

Ao discutir a política da diferença, com o enfoque nos feminismos e nas transexualidades, a autora observa que, ao contrário de outros campos de pesquisas, nesses casos os/as pesquisadores/as cruzam todos os limites da neutralidade científica em um processo duplo de humanização: por um lado descobrem que são feitos dos mesmos materiais discursivos, e por outro que a noção de margem e centro funciona de forma precária para delimitar os processos tensos de construção das identificações. E, por isso, o/a pesquisador/a se vê na berlinda, a partir da “sua” própria personalidade, corpo, sexualidade, gênero e projeto de vida (p. 85).

Nesse aspecto, Wilton Garcia descreve no texto “Da performance à diversidade: estudos contemporâneos” quanto o tema da homocultura o envolve através do cinema e da temática dos direitos humanos desde a juventude, mas aponta como marco na sua experiência de vida o fato de ter começado a estudar o tema. Isso nos permite contextualizar os processos que o levaram a propor uma “política do afeto como poética labor”. Segundo o que escreve, se for necessário, se coloca com prazer como sujeito, diante da sujeição (inter)subjetiva dos fatos e das imagens. Diz sempre se deparar com situações de enfrentamentos, “cuja necessidade força expor o armamento bélico contra a homofobia”. No entanto, toma a política do afeto como contraponto às reivindicações, aposta em associar cinema e diversidade cultural/sexual, “sem cair numa exposição frenética do

Quanto mais diferente, melhor

corpo”. Diz, “busco, incondicionalmente, a delicadeza dessa política: uma voz sofisticada que pulsa a acuidade magistral e fascinante, encantada pelo deleite de assinar um cinema com sua qualidade inventiva” (p.145).

O próprio MacRae, na Mesa 1 “Os estudos e movimentos LGBT no Brasil pós-Stonewall”, lembra que começou a participar do movimento feminista por volta de 1979, em Londres, como estudioso, “mas super envolvido com o tema”. Segundo ele, quem é antropólogo e cientista social e pesquisa movimentos sociais, acaba estando em uma posição privilegiada. “Você tem uma razão especial, além do seu interesse, um compromisso de estar em tudo” (p.179). Afirma que isso contribui, inclusive, para que o pesquisador também se torne uma liderança. Lembrou que no início não havia referenciais sobre o tema, e o que marcou o ano de 1982 foi o livro de Peter Fry (*Para Inglês ver*) e uma apresentação belíssima de Luis Mott no prédio de matemática da USP.

Esse período é lembrado por Regina Facchini na mesma mesa. Segundo ela, quando os estudos sobre sexualidade começaram a se constituir no país como campo de investigação, em 1980, eles estavam fortemente ligados com o movimento feminista e com o movimento homossexual. Já na década seguinte, as pesquisas estavam ligadas a epidemia do HIV/Aids, mas também com as políticas públicas. Ela afirma que o reconhecimento dessas pesquisas pelas agências nacionais de financiamento não deixa de ter relação com reivindicações do próprio movimento social.

### **Teoria e política identitária**

Luiz Mott, como debatedor da já citada Mesa 1 e participante do debate na Mesa 2 “Os estudos, políticas e direitos sobre o corpo e a saúde LGBT no Brasil pós-Stonewall”, faz fortes críticas a teoria *queer*, visibilizando a recusa que parte do Movimento LGBT tem feito a essa perspectiva teórica e pedindo que os adeptos dessa teoria não deixem de citar e reconhecer a importância de trabalhos

fundamentais produzidos sob outra orientação teórica. Também faz um apelo: “O meu depoimento é que quem é de Teoria *Queer* e quem está nessa esquisitice, não discrimine quem não quer ser uma metamorfose ambulante” (p.191).

A polêmica posta nos termos da suposta divisão entre “identitários” e “*queers*”, como apresentada no texto “Não somos, queremos – reflexões *queer* sobre a política sexual brasileira contemporânea”, de Richard Miskolci, parece ser apenas um sintoma da resistência do Movimento LGBT à criação de um diálogo mais crítico com o Estado, ao estabelecimento de uma crítica também às pressões conformistas com o mercado e certa desconfiança com a universidade por ela ser hoje uma “competidora” pela representação política ou de demanda em uma agenda pública, o que, como lembra Miskolci, e já citado aqui, historicamente já foi diferente (p.44-45).

No entanto, a crítica posta por Mott é a do fato de teorias inspiradas em Michel Foucault “questionar a nossa afirmação enquanto gays e lésbicas” (p.195). Segundo ele, essa postura teórica tiraria dos homossexuais uma genealogia. Ainda que do ponto de vista científico seja perfeitíssimo só falar de homossexualidade depois da criação da palavra, tiraria deles ícones de autoestima que praticaram a homossexualidade, como Platão, Sócrates e Zumbi (pp.194-195).

Por outro lado, ao reconhecer a importância de uma postura *queer*, Fernando Seffner em seu texto “Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT”, afirma fazer isso

para evitar os fascismos da identidade, os fortes mecanismos da exclusão que sempre, e historicamente, acompanharam as lutas identitárias, implicando em discriminação praticada por quem até ontem era discriminado, implicando binarismos e eleição de modos mais ou menos adequados de se viver que atiraram para a margem as experimentações (p.72).

Quanto mais diferente, melhor

Porém, Seffner retoma essa questão durante as discussões da Mesa 2 e afirma que uma suposta superação das políticas identitárias não significa destruição ou eliminação de outros pontos de vistas. “Eu me considero mais confortável, para definir a minha posição, como pós-estruturalista. Pós-estruturalismo não significa destruição do estruturalismo, significa uma ultrapassagem, um além de...” (p.210).

Regina Facchini, no mesmo debate, levanta questões importantes diante desse impasse:

Eu fico me perguntando, e é uma dúvida sincera mesmo, tanto do lugar de pesquisadora como no lugar de ativista, se a política identitária e se a política não identitária são mutuamente excludentes ou se elas podem viver com diferentes estratégias. Até porque se temos política de coalizão, se temos essencialismo estratégico, políticas de solidariedade, todos como possibilidades para além da política identitária, será que só uma dessas coisas pode acontecer? Em que medida é possível compor uma ação política com várias estratégias? (p.208)

### **Marcadores sociais da diferença**

Júlio Simões no texto “Marcadores de diferença na ‘comunidade LGBT’: raça, gênero e sexualidade entre jovens no centro de São Paulo” esclarece que pensar em marcadores sociais da diferença não se trata de somar opressões (raça, classe, gênero, etc), como se fossem experiências distintas e isoladas.

Trata-se, antes, de enfatizar que os processos de constituição de sujeitos não implicam apenas sujeição a um poder soberano, mas subjetivação, no sentido de oferecer possibilidades de “identificação” e “reconhecimento” (p.171).

A reflexão de Simões está focalizada em lugares de lazer, interação e sociabilidade erótica e afetiva frequentados por jovens gays e lésbicas no centro histórico de São Paulo. A análise mostra

o quanto esses lugares revelam-se férteis para avaliar o quanto as pessoas materializam visões de si mesmas com o objetivo de se aproximar e se diferenciarem, expressando e projetando aspirações e desejos.

Esses processos de sujeição e subjeção também aparecem na etnografia de Larissa Pelúcio realizada em uma praça central da cidade de Campinas (SP), também frequentada por pessoas bastante jovens, especialmente “meninos femininos”. Lá, as experimentações resultam, muitas vezes, em incompreensões expressadas na dificuldade dos próprios jovens “em acharem um termo, um lugar, na difícil conciliação entre desejo de reconhecimento e o enfrentamento das normas que procuram negar as possibilidades ontológicas desses sujeitos” (p.125).

Tanto Pelúcio como Simões fazem críticas à compreensão de que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) conformariam uma “comunidade”. Simões, à luz de Benedict Anderson, sugere que o que haveria de comum entre eles seria sua constituição como sujeitos de direitos, frente à condição de “oprimidos” e “subalternos” que compartilham diante das hierarquias e estratificações de sexualidade e gênero (p.170). Porém, ele afirma que a solidariedade entre eles não é óbvia nem dada, e que todos são atravessados por outras “identidades” e “identificações” em arranjos móveis e situacionais que não exclusivamente sexualidade e gênero. Assim, para ele, a ideia de uma “comunidade imaginada” LGBT deve ser tomada com cuidado. Pelúcio faz uma crítica mais direta:

Duvido da operacionalidade do conceito de comunidade para pensar nesse campo vasto e multifacetado. (...) A meu ver, trabalhar a partir da ideia de comunidade desloca o foco das nossas reflexões. Ao invés de pensarmos nas convenções sociais de sexo, gênero, geração, raça e classe que constituem diferenças como desigualdades acabaremos por dar mais relevo justamente àquilo que dizemos não acreditar, no caso das identidades monolíticas, ao invés de prestarmos séria atenção nas experiências que constituem

Quanto mais diferente, melhor

alguns sujeitos como abjetos e alimentam a ideia de que existe uma comunidade outra, homogênea, devidamente delimitada, sem fissuras: a heterossexual (p.132).

Em outros termos, Osmundo Pinho, em sua exposição na Mesa 3 “Estudos, políticas e os marcadores sociais da diferença na comunidade LGBT no Brasil pós-Stonewall”, também problematiza as identidades e as diferenças, a partir de sua experiência em um programa de prevenção para HIV/Aids voltado aos “homens que fazem sexo com homens” em Salvador. Em lugares como cinema de “pegação”, saunas gays, bares e barracas de praias, segundo ele, transitavam sujeitos que faziam afirmações identitárias muito diversas, que nem sempre encontravam correspondência com as práticas sexuais afetivas e que, por isso, a lógica das identidades não daria conta de descrever com precisão: “não perceberíamos as fissuras, fraturas e contradições” (p.220). Como se a pobreza, a desigualdade e o racismo fossem realidades naturais e dadas, não fossem históricas e produzidas. Por isso, a mira, segundo Pinho, “foi nos campos de interação, que eram organizados de modos pré-estruturados, mas que estavam constantemente sob a intervenção dos próprios agentes que, por meio de suas práticas, os constituíam” (p.215). Com isso, do ponto de vista etnográfico, ele aponta para a necessidade de não apenas dar ênfase às escolhas entre as estruturas, mas no questionamento das próprias estruturas produzidas pela ação desses agentes. Em outras palavras, aponta criticamente não somente para uma naturalização das identidades, mas também das estruturas: “essa naturalização de caráter culturalista nos impede de ver outras coisas, e nos fixa, interrompe a nossa abordagem, ao nível que os próprios agentes elaboram as suas identidades” (p.222).

### **Desafios políticos**

Na Mesa 4 “Novas perspectivas e desafios políticos atuais”, Suely Messeder conclui a sua fala fazendo um apelo,

parafrazeando Karl Marx: “movimentos sociais LGBTTTTI de todo o mundo: uni-vos!” (p.257). Por outro lado, na mesa anterior, Nilton Santos, da Rede Afro LGBT, apontou como debatedor os limites na forma como os movimentos sociais vêm se constituindo, indicando que a união não garante necessariamente a transformação, afinal, “as pessoas que atuam em espaços de poder internos no movimento social são pessoas que são partes do grupo que negam outras formas de desigualdade”. Em outras palavras, no Movimento LGBT tem-se uma hegemonia dos homens brancos; no de mulheres, uma hegemonia de mulheres brancas heterossexuais; como no movimento negro, de homens heterossexuais, e,

ao fazer isso, esses movimentos sociais demonstram a dificuldade que nós temos de construir parcerias, alianças e de construir, modificar esta realidade, que é uma realidade que todos nós somos afetados de diversas formas (p.236).

Deco Ribeiro, no texto “Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT”, também vai nessa direção e diz que para a diversidade ser um valor aceito em nossa cultura, é preciso reconhecê-la não somente em níveis de Estado e da Sociedade, mas também em cada um de nós (p.156).

Assim, de certo modo, o desafio problematizado por MacRae há mais de trinta anos parece ter se mantido e se complexificado em diferentes aspectos. Também por isso, em nossos dias, cabe reforçar que “a euforia pela conquista de direitos não pode nos fazer esquecer que muitos destes ‘direitos’ são, no fundo, amarras tirânicas em formas de experimentação dos prazeres e modos de ser da população LGBT” (Seffner, p.65). E, se considerarmos a fala de Pinho, no calor dos debates da Mesa 3, de que o encontro possibilitou criar um espaço de interlocução, de intercessão entre temas que habitam o campo da teoria social e o do movimento social, e que nem sempre afligem o sociólogo e o ativista do mesmo modo, ainda que transitem de um lugar para o

Quanto mais diferente, melhor

outro (p.242), perceberemos que essas discussões, embates e reflexões ainda permanecerão por muito tempo nos encontros desse tipo. Nesse clima instigante e provocativo, a coletânea termina com uma promessa animadora de Colling: “esse é o primeiro evento do CUS e se no primeiro já incomodamos, nos próximos vamos incomodar ainda mais” (p.276).